

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS

Kellen Machado Lamperth

POLÍCIA COMUNITÁRIA: ESTUDO DOS PROGRAMAS E AÇÕES
PARA A APROXIMAÇÃO DA BRIGADA MILITAR COM A
COMUNIDADE

Santa Maria, RS

2016

Kellen Machado Lamperth

**POLÍCIA COMUNITÁRIA: ESTUDO DOS PROGRAMAS E AÇÕES PARA A
APROXIMAÇÃO DA BRIGADA MILITAR COM A COMUNIDADE**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Comunicação Social Habilitação Relações Públicas.**

Orientadora Kalliandra Conrad

Santa Maria, RS

2016

Kellen Machado Lamperth

**POLÍCIA COMUNITÁRIA: ESTUDO DOS PROGRAMAS E AÇÕES PARA A
APROXIMAÇÃO DA BRIGADA MILITAR COM A COMUNIDADE**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Comunicação Social Habilitação Relações Públicas.**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia:**

Kalliandra Quevedo Conrad, Me. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Maria Ivete Trevisan Fossá, Dra. (UFSM)

Patrícia Franck Pichler, Me. (UFSM)

Santa Maria, RS
2016

AGRADECIMENTOS

...Ao meu filho, Pedro, que desde o começo da faculdade esteve presente comigo e soube entender minha ausência, sendo a razão da minha força.

...A minha orientadora, Kalliandra Quevedo Conrad, pelo carinho, paciência e dedicação. Soube me amparar nos momentos de anseios através de palavras de estímulo e apoio.

...Aos colegas da gloriosa Brigada Militar, pela motivação e colaboração.

...A todos familiares e amigos, que de alguma forma contribuíram para a realização desse sonho.

*“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é
senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor
se lhe faltasse uma gota.”*

(Madre Teresa de Calcutá)

RESUMO

Monografia de Graduação
Curso de Comunicação Social – Relações Públicas
Universidade Federal de Santa Maria

POLÍCIA COMUNITÁRIA: ESTUDO DOS PROGRAMAS E AÇÕES PARA A APROXIMAÇÃO DA BRIGADA MILITAR COM A COMUNIDADE

AUTORA: KELLEN MACHADO LAMPERTH
ORIENTADORA: KALLIANDRA QUEVEDO CONRAD

Esta monografia tem como tema o relacionamento polícia-comunidade no contexto da Brigada Militar gaúcha. A partir disso, nos propomos a responder a seguinte problemática: de que forma os programas e ações de polícia comunitária auxiliam na aproximação/relacionamento polícia-comunidade? Temos como objetivo geral analisar os programas e as ações que a polícia comunitária da Brigada Militar utiliza para integração com a comunidade; e como objetivos específicos, compreender o conceito de comunidade na perspectiva da polícia comunitária, apontar as ações e programas da polícia comunitária e conhecer a comunidade do 20º Batalhão de Polícia Militar. Para a elaboração deste estudo, as técnicas utilizadas foram a pesquisa bibliográfica, a observação não participante e a entrevista semiestruturada. A observação não participante foi realizada com o intuito de compreender o contexto comunitário tanto dos policiais quanto da comunidade; e as entrevistas semiestruturadas foram direcionadas aos líderes comunitários de bairro e aos policiais comunitários. As informações coletadas serviram para o desenvolvimento da análise do relacionamento polícia-comunidade. Assim, a partir das investigações e análises, percebemos que a prática da filosofia de Polícia Comunitária interfere direta e positivamente nos relacionamentos, aproximando a polícia da comunidade, além de desmistificar a imagem truculenta e violenta dos policiais militares da Brigada Militar.

Palavras-chave: Comunicação Comunitária; Polícia Comunitária; Comunidade.

ABSTRACT

Graduation Monograph
Social Communication Course - Public Relations
Federal University of Santa Maria

COMMUNITARY POLICING: STUDY OF PROGRAMS AND ACTIONS TO APPROXIMATE THE MILITARY BRIGADE AND THE COMMUNITY

AUTHOR: KELLEN MACHADO LAMPERTH
GUIDANCE: KALLIANDRA QUEVEDO CONRAD

This monograph has as its theme the police-community relationship in the context of the Gaucho Military Brigade. From this, we propose to answer the following problem: in what way do the community police programs and actions help in the rapprochement / police-community relationship? We have as general objective to analyze the programs and the actions that the community police of the Military Brigade uses for integration with the community; And as specific objectives, to understand the concept of community from a community police perspective, to point out the actions and programs of the community police and to know the community of the 20th Military Police Battalion. For the preparation of this study, the techniques used were bibliographic research, non-participant observation and semi-structured interview. Non-participant observation was carried out in order to understand the community context of both the police and the community; And semi-structured interviews were directed to neighborhood community leaders and community policing officers. The information collected served to develop the analysis of the police-community relationship. Thus, from the investigations and analyzes, we realize that the practice of the Community Police philosophy interferes directly and positively in the relationships, bringing the police closer to the community, as well as demystifying the truculent and violent image of the military police of the Military Brigade.

Keywords: Community Communication; Community Policing; Community.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E O CONCEITO DE COMUNIDADE	12
1.1. Sobre a Comunicação Comunitária e seu desenvolvimento.....	12
1.2. Compreendendo o conceito de comunidade.....	15
2. O RELACIONAMENTO POLÍCIA-COMUNIDADE.....	19
2.1. Conceito de Polícia Comunitária	19
2.2. Brigada Militar: histórico e trajetória no RS.....	24
2.3. 20º Batalhão de Polícia Militar	28
3. ANÁLISE DO RELACIONAMENTO ENTRE A COMUNIDADE E A POLÍCIA COMUNITÁRIA NO 20º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR.....	30
3.1. Programas e ações da Polícia Comunitária Gaúcha	30
3.2. Métodos e técnicas de pesquisa	36
3.2.1. Observação não participante	37
3.2.2. Entrevista semiestruturada.....	37
3.3. Análise das observações e entrevistas realizadas: a relação polícia-comunidade.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47
APÊNDICE.....	49
Roteiro da entrevista semiestruturada.....	49

INTRODUÇÃO

Atualmente a atuação policial se baseia na busca da integração com a sociedade na garantia dos direitos fundamentais e da liberdade. Anteriormente tida como repressora e violenta, a polícia militar tem agido para modificar essa imagem negativa, procurando atender aos interesses da comunidade.

No Brasil, a partir da década de 1980, as polícias militares estaduais buscaram a reestruturação de seus processos baseados na Constituição Federal de 1988, a qual estabelece para as polícias uma atuação diferenciada. Inclusive, no texto constitucional, é salientada a sintonia de atuação do público quanto à sua responsabilidade:

Art.144 - A segurança pública, dever do Estado, direito e **responsabilidade de todos**, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

[...]

V- polícias militares e corpos de bombeiro militares

[...]

§ “5º - Às polícias militares cabem a Polícia Ostensiva e a preservação da ordem pública (BRASIL, 1988, grifo meu)

Então, percebe-se que o dever da gestão da segurança não pertence exclusivamente à polícia, mas também da comunidade como um todo. Além da ampliação dos direcionamentos das instituições militares, antes voltada para a ostensividade, tem seu foco voltado para o bem estar da sociedade, na garantia dos direitos fundamentais e no exercício da cidadania.

Considerando este contexto, a polícia militar do estado do Rio Grande do Sul – a Brigada Militar –, percebe a necessidade de um novo preceito de gestão policial e implementa a Polícia Comunitária, baseada na aproximação do policial com a comunidade, através de relacionamento permanente e confiante, para a prestação de serviços condizentes com a demandas da comunidade. Para isso, utiliza-se de programas estratégicos que tornam o cidadão parte atuante e indispensável no processo de cidadania, levando em conta as características de cada comunidade.

Com o interesse de compreender as características da polícia comunitária, seus programas e ações, além de entender o conceito de comunidade e suas caracterizações, propomos responder a seguinte **problemática**: *De que forma os programas e ações de polícia comunitária auxiliam na aproximação/relacionamento polícia-comunidade?*

Este estudo tem como **objetivo geral** analisar os programas e as ações que a polícia comunitária da Brigada Militar utiliza para integração com a comunidade. O trabalho também

possui, como **objetivos específicos**, compreender o conceito de comunidade na perspectiva da polícia comunitária, apontar as ações e programas da polícia comunitária e conhecer/caracterização da comunidade do 20º Batalhão de Polícia Militar.

A motivação do estudo se dá inicialmente pelo fato da autora deste trabalho fazer parte da Instituição, sendo soldado e atuando no Departamento Administrativo da Brigada Militar na cidade de Porto Alegre. A **justificativa** está estruturada na atual ênfase dos interesses e das demandas sociais, evidenciando a necessidade de programas e ações para um novo modelo de atuação da Polícia Militar. Também se justifica pelas produções com foco na comunicação no ambiente policial militar, que são pouco evidenciadas, até mesmo na polícia comunitária como um todo. Assim o estudo terá importância para a comunicação social, pois dará mais atenção a um campo pouco explorado, possibilitando o surgimento de novas questões a serem futuramente pesquisadas, as quais apontaremos ao final deste estudo.

Em breve pesquisa sobre polícia comunitária, observamos o vasto espaço ainda existente no âmbito acadêmico. No cenário atual se destaca os estudos de Márcio Simeone Henriques, tomando como base a polícia militar de Minas Gerais abrangendo a comunicação, a sociedade e as relações públicas no contexto comunitário, contribuindo para o conhecimento na área. Já na temática de comunidade foram encontrados inúmeros estudos, identificando autores tradicionais e estudiosos contemporâneos, com enfoques diferenciados, incluindo a atual intenção de reinterpretação de conceitos. Por exemplo, na dissertação de mestrado de autoria de Patrícia Franck Pichler, intitulado, “De que comunidade se está falando? O conceito a partir das estratégias discursivas em telejornais brasileiros” o conceito de comunidade é atualizado a partir da análise de telejornais brasileiros.

O estudo foi estruturado em três capítulos. No **primeiro capítulo** abordaremos os conceitos de comunicação comunitária e de comunidade, descrevendo suas principais características e distintas compreensões através de sua constante transformação conforme os principais autores.

No **segundo capítulo** são apresentados os conceitos de polícia comunitária interligado com as relações públicas, além de um breve histórico da polícia militar do Rio Grande do Sul, a Brigada Militar. São descritos ainda os programas de polícia comunitária e as ações realizadas junto aos diferentes públicos.

Já no **terceiro capítulo** ocorre o delineamento da pesquisa, no qual utilizaremos o 20º Batalhão de Polícia Militar, batalhão pertencente ao Comando de Policiamento da Capital do Rio Grande do Sul, como base para nosso estudo junto à comunidade em que atua. Será

apresentada a metodologia a ser utilizada, os métodos e as técnicas, como entrevista e observações.

Para a finalização da pesquisa, ainda neste último capítulo, serão apresentadas a análise dos dados coletados, com os resultados obtidos e as considerações relevantes para que se possa responder ao problema do estudo. E, por fim, a conclusão do trabalho, incluindo considerações e sugestões para a continuidade desta pesquisa.

1. A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E O CONCEITO DE COMUNIDADE

Neste primeiro capítulo abordaremos os conceitos de comunicação comunitária e de comunidade, descrevendo suas principais características e distintas compreensões, visto estarem em constante transformação. Como base teórica serão utilizados os estudos de Paiva (2007), Peruzzo (2006, 2007), Kunsch (2007), Tönnies (1973) e Buber (1987).

1.1. Sobre a Comunicação Comunitária e seu desenvolvimento

A comunicação comunitária apresenta seu surgimento em meio aos movimentos populares dos anos de 1970 e 1980, como forma alternativa de comunicação, no qual os grupos populares buscavam politicamente alcançar seus interesses, inclusive de participação política e suprir as necessidades básicas de sobrevivência. Conforme Peruzzo (2006), a comunicação comunitária é também denominada como comunicação alternativa, popular, participativa, horizontal e dialógica, no entanto, se utiliza usualmente a designação de comunicação comunitária.

[...] o fato de tratar-se de uma forma de expressão de segmentos excluídos da população, mas em processo de mobilização visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política. No entanto, desde o final do século passado passou-se a empregar mais sistematicamente, no Brasil, a expressão comunicação comunitária para designar este mesmo tipo de comunicação e também outras expressões similares. (PERUZZO, 2006, p. 2).

Por conta dos governos ditadores e opressores da época que restringiam e controlavam os meios de comunicação, além de barrar a liberdade de expressão de certa parcela da sociedade foi necessário buscar alternativas para a popularização dos meios, através da mobilização social e de políticas de comunicação voltadas para o âmbito social. Caracteriza-se, assim, a comunicação comunitária como sendo uma forma de expressão de transformação, na qual a comunidade é o cerne.

Os movimentos populares, compreendidos na qualidade de resposta da sociedade aos seus problemas e anseios, aparecem como formas de organização e mobilização populares. Se desvinculam da questão partidária, porém, não as excluindo totalmente do contexto, e sim entendidos como complementares, no sentido em que as duas linhas auxiliam na democratização da sociedade. Possibilitam, assim, um espaço de pluralidade de visões e

pensamentos diversos. A ação coletiva tem, nesse sentido, papel transformador em busca de novas integrações.

E assim os movimentos populares, apesar de suas limitações, vão ocupando o seu lugar na sociedade, contribuindo para construir a cidadania. Trata-se de um processo que envolve a diversidade, porque nossa sociedade é pluralista demais para afunilar-se sob a direção de uma única organização político-partidária. (PERUZZO, 1998, p. 37).

Paiva (2007) exemplifica as mobilizações populares como sendo configurada por aquelas experiências e projetos de comunicação desenvolvidos no âmbito dos movimentos populares, como o movimento de mulheres, as associações de moradores, os sindicatos e as chamadas comunidades eclesiais de base. A autora complementa, ao dizer que a comunicação comunitária se forma da pluralidade das vozes:

A concepção da presença das várias vozes comparece à ideia da comunicação comunitária, tanto teoricamente quanto na experiência prática. A pluralidade constitui uma de suas maiores bandeiras, contribuindo de maneira decisiva, não apenas para democratizar o diálogo, mas principalmente para reduzir visões preconcebidas e preconceituosas sobre os mais diversificados grupos humanos e propostas. (PAIVA, 2007, p. 140).

Apesar de alguns meios de comunicação comunitária focarem nos mesmos objetivos e estrutura da grande mídia, reproduzindo assim o caráter mercadológico, sua formação através dos diversos movimentos e, conseqüentemente, de diferentes sujeitos, faz com que a comunicação comunitária seja inclusiva e se aproveite de novos discursos para integrar a comunidade.

Ao mesmo tempo em que a comunicação comunitária tomava espaço, observamos a coexistência da comunicação massiva e a comunicação alternativa. Esta criada pelos intelectuais da época e geridas por eles mesmos como forma de resistência à ditadura. Aquela tida como representante dos interesses dos governos, voltada para a classe dominante, utilizando seu poder de abrangência comunicacional para conquistar o lucro. Segundo Paiva (2007, p. 151):

Em comum a essas iniciativas e projetos de comunicação popular está a convergência de esforços e grupos, comunidades, movimentos populares, e em alguns casos, intelectuais e acadêmicos no sentido de não apenas resgatarem um espaço de expressão [...], mas de instaurar um projeto pedagógico-político-comunicacional capaz de romper ou alternar o modelo clássico de comunicação humana em que, segundo a visão dos que faziam essa comunicação popular, se ancoravam as mídias massivas ou os meios massivos de comunicação.

A comunicação massiva não proporcionava uma igualdade de apropriação do meios, voltada principalmente para os interesses das classes sociais controladoras do processo econômico e político, acabava por tratar a informação como produto, mercadoria a ser transmitida e imposta, almejando alcançar grande número de indivíduos. Caracterizada pela não participação da sociedade, acaba por não garantir a construção da cidadania e tentar padronizar as formas de pensar.

Há que se reconhecer o grande poder da mídia e sua manipulação, prioritariamente, a serviço dos interesses das classes dominantes, mas nem por isso ela deixa de dar sua contribuição ao conjunto da sociedade. [...] Os veículos de comunicação massiva não são, portanto, necessariamente “perversos” com relação aos interesses populares. (PERUZZO, 1998, p. 131).

Assim, os grandes veículos desempenham função importante na sociedade, pois são os meios massivos que oferecem entretenimento e informação de maneira rápida e abrangente. Além disso, proporciona, através dos seus meios técnicos, espaço para o avanço da comunicação comunitária, como exemplo tem a utilização do sistema do rádio, que tem se mostrado ambiente propício para atender as demandas de classe subalternas, possibilitando conquista de novos espaços e criando programas de iniciativas próprias.

Os meios utilizados na comunicação comunitária têm por características sua produção ser realizada pela própria comunidade que consome, ou seja, ao mesmo tempo em que é ela quem produz, pensa os conteúdos, é ela que se apropria, muitas vezes servindo como porta voz da comunidade. Com base nesse compartilhamento de expressões, ideias, que se procura gerar uma sociedade igualitária e cidadã, possuidora de conhecimento e olhar crítico. Em relação a isso, Kunsch (2007) destaca que:

A comunicação comunitária é uma via de mão dupla, pautada na comunhão entre sujeitos iguais que participam de seu contexto e transformam dialeticamente. Esse envolvimento gera compromisso e amadurecimento do movimento e de seus membros, bem como dos profissionais que atuam nele. (KUNSCH, 2007, p. 86).

Para Paiva (2007, p. 146) “Na área da comunicação comunitária, os dois segmentos vulgarmente conhecidos por aqueles que fazem e aqueles que pensam funcionam em perfeita simbiose”. Verificamos então, a simetria existente entre o produtor e o receptor das mensagens,

dentro do contexto de produção comunitária, sendo que necessitam de organização e planejamento para que os meios sejam eficazes. Paiva (2007) constata que

Na comunicação comunitária, as pautas, as decisões sobre programação, modos de abordagem e mesmo a análise crítica da produção são constante alimentadora de todo o processo. É impensável que um projeto de comunicação comunitário efetivo possa sobreviver abdicando de um esquema de interpenetração sociopolítica entre produtores e destinatários. (PAIVA, 2007, p. 143).

Essa participação ativa da comunidade na comunicação facilita a concepção da cidadania, já que trata o indivíduo como parte do processo, e estimula a busca de novos conhecimentos, de olhares diferentes e da própria relação social, desencadeando assim um processo educativo aos cidadãos da comunidade. Peruzzo (2000) ainda potencializa o poder da participação dentro da comunicação comunitária, dizendo que:

Contribuem, portanto, duplamente, para a construção da cidadania. Oferecem um potencial educativo enquanto processo e também pelo conteúdo das mensagens que transmitem. Através dos seus conteúdos podem dar vazão à socialização do legado histórico do conhecimento, facilitar a compreensão das relações sociais, dos mecanismos da estrutura do poder (compreender melhor as coisas da política), dos assuntos públicos do país, esclarecer sobre os direitos da pessoa humana e discutir os problemas locais. (PERUZZO, 2000, p. 661).

De acordo com Paiva (2007), a comunicação comunitária consegue rodear-se de “preocupações e temáticas destinadas a consolidar novos paradigmas e perspectivas”, de maneira a simplificar a capacidade para compreender e entender o significado da comunidade, além de entender o seu modo de funcionamento.

Percebemos que a comunicação entre os componentes de uma comunidade, serve muito além do que apenas para a discussão e tentativa de solução dos problemas sociais. Ela pode perpetuar o que existe em comum e dar continuidade a sua cultura. Com isso, abrem-se possibilidades de exercício da cidadania dentro da comunidade, conceito a ser abordado no próximo item.

1.2. Compreendendo o conceito de comunidade

A fim de compreendermos a comunidade da área de atuação do 20º Batalhão de Polícia Militar e sua aproximação/relação com a polícia comunitária, se torna fundamental entender e conceituar seus diversos significados. Atualmente os estudiosos têm se voltado novamente ao

interesse de conceituar e reinterpretar a comunidade, tanto pela questão da sua constante transformação, quanto pelas inquietações referentes ao tema. Contudo, iniciaremos trazendo os estudos dos autores tradicionais acerca do conceito.

Evidenciando a comunidade como constituída de relações reais, essenciais e semelhantes, ressaltamos os estudos de Tönnies (1973), que defende:

Tudo o que é confiante, íntimo, que **vive exclusivamente junto**, é compreendido como a vida em comunidade (assim pensamos). **A sociedade é o que é público, é o mundo**. Ao contrário, o homem se encontra em comunidade com os seus desde o nascimento, unido a eles tanto no bem como no mal. Entra-se na sociedade como em terra estrangeira. Adverte-se o adolescente contra a má sociedade, mas a expressão "má comunidade" soa como uma contradição. (TÖNNIES *apud* FERNANDES, 1973, p. 97, grifo meu).

A oposição entre a terminologia comunidade e sociedade, que o autor defende, faz referência à vivência, à experiência possibilitada pelas relações em conjunto, pelo comum entre indivíduos, pela proximidade entre eles, ilustrada na comunidade; enquanto a sociedade é engessada, automática e fantasiosa, tida como representação do ajuntamento de indivíduos autônomos. Buber (1987) também reforça a diferença entre comunidade e sociedade:

A comunidade é a expressão e o desenvolvimento da vontade original, naturalmente homogênea, portadora de vínculo, representando a totalidade do homem. A sociedade é a expressão do desejo diferenciado em tirar vantagens, gerado por pensamento isolado da totalidade. [...] **Comunidade é a ligação** que se desenvolveu mantida internamente por propriedade comum (sobretudo de terra), por trabalho comum, costumes comuns, fé comum; sociedade é a separação ordenada, mantida externamente, por coação, por contrato, convenção, opinião pública. (BUBER, 1987, p. 50 – grifo meu).

Essas distinções evidenciadas, demonstram o modo com que a comunidade é organizada e mantida a partir de interesses comuns, com associações benéficas para todos os membros, também no sentido de vida social, sem qualquer tipo de imposição, mas sim pelo entendimento de que a assistência entre os indivíduos pode superar os obstáculos estabelecidos pelo Estado, tais como a falta de recursos, aumentos dos impostos e corrupção, que afetam o sistema como um todo.

Nesse sentido, Buber (1987) caracteriza o Estado como responsável pela não realização da comunidade, e ao mesmo tempo, como definidor da condição de sua realização, ademais, é ele quem determina o grau de desenvolvimento da comunidade, limitando sua aceitação e a maneira de existência. Para Tönnies (1973, p. 116), o Estado é o regulador das relações

existentes: “A sociedade é, no sentido que podemos chamar moral, condicionada completamente por suas relações com o Estado”.

Autora contemporânea, Kunsch (2007), aponta nos seus estudos o entendimento de comunidade em oposição ao conceito de sociedade. Enfatizando a visão positivista de comunidade como utópica, no sentido em que enxergam o sistema como ideal, que a partir da simples implementação da ideia de comunidade os membros iram se basear e se organizar conforme os objetivos comuns de todos. Kunsch (2007, p. 82) ressalta que “A comunidade não é vista aqui no sentido estático a ela dado pelos sociólogos funcionais e positivistas, mas como algo que se encontra em constante movimento, com diversidade cultural e de valores”. Kunsch (2007) enquadra as pessoas como agente das interações, sendo que os indivíduos necessitam viver em conjunto, em constantes relações, como segue:

[...] um sistema composto por ordenações legítimas, mediante as quais os participantes dos processos interativos regulam sua forma de participação e pertencimento a grupos sociais e instituições, a fim de com isso assegurar coesão social e solidariedade. (KUNSCH, 2007, p. 127).

Assim, Kunsch (2007) entende o indivíduo como peça principal para a transformação e verdadeira construção da comunidade, mesmo com suas individualidades, diversidades de pensamento e cultura, ele é visto como distribuidor/propagador da cidadania. Por esse viés, o indivíduo

[...] se comporta como um sujeito social comprometido e articulado na formação/transformação da realidade. É finalmente esse “indivíduo coletivizado”, conhecido como cidadão e imerso em um espaço comum chamado comunidade, o que pode garantir a continuidade de nossa espécie neste planeta, pois somente essa visão coletiva possibilita ao homem seu bem-estar e o das gerações futuras. (KUNSCH, 2007, p. 82).

Paiva (2007, p. 147) retrata o surgimento da comunicação gerativa: “um conjunto de ações (norteadas pelo propósito do bem comum) passíveis de serem executadas por um grupo e/ou conjunto de cidadãos”, que se baseia na busca por novas alternativas impulsionadas pela falta de ações do governo, pela fixação no mercado e no poder. A autora traz, então, uma nova leitura do conceito de comunidade anteriormente escrita por Ferdinand Tönnies, mantendo as premissas de relações sociais e a questão de proximidade territorial.

As constantes transformações da comunidade, entretanto, não enfraqueceram com as características difundidas pelos autores clássicos, permanecem atualmente na concepção de

relações comuns, com finalidades semelhantes, de aproximação e constante interação com o propósito de manter um processo funcional, na qual os membros são inseridos, por vontade própria, no sistema comunitário. Confirmamos isso ao verificar as considerações de Buber (1987), que ainda se mantêm vigente nos dias de hoje:

A comunidade concreta autêntica que se baseia sobre a verdadeira vida em comum dos homens, sobre a relação imediata entre eles, é a célula do sistema comunitário. Nenhum sistema comunitário autêntico pode ser constituído por indivíduos, mas por comunidades concretas. (BUBER, 1987, p. 74).

Compreendemos então, que os indivíduos por si só até compõem uma comunidade. Contudo, para que a comunidade seja legítima é preciso viver em conjunto, não somente no sentido de localidade, de território (não excluindo essa característica), mas com laços e vínculos pertinentes, participando dos problemas comuns e do pensamento alicerçado no coletivo. Assim, haverá condições para que haja um sistema comunitário inteligente, com iniciativas coletivas e integração de ideais.

A comunidade em todas as suas formas deve ser enriquecida com nova realidade, com a realidade das relações, puras e justas, entre os homens, de modo que, da união de autênticas comunidades, surja um verdadeiro sistema comunitário que observa, sorridente, como a engrenagem enferrujada se transforma, pedaço por pedaço, em sucata. (BUBER, 1987, p. 55).

É a partir dessa demanda de atualização da realidade, de reajuste conforme as necessidades, realinhamento de ações em prol de objetivos maiores de modo a abranger a comunidade como um todo, que surgem as diversas associações e programas comunitários.

A potencialidade oferecida pela comunidade em conjunto, nas resoluções de problemas e na busca de novas conquistas, se mostra oportuna no enfrentamento das questões sociais, no exercício da cidadania e, como tema abordado mais especificamente neste trabalho, como parceira da polícia. Essa relação de contribuição vem sendo bastante fomentada, constituindo o surgimento da filosofia de polícia comunitária, que será delineada no próximo capítulo.

2. O RELACIONAMENTO POLÍCIA-COMUNIDADE

Neste capítulo será abordado o conceito de polícia comunitária, identificando suas características e definições. Para elaborar o referencial teórico proposto, serão utilizados os estudos de Henriques (2008 e 2006), Brasil (2012) e Peres (2004). Com suporte em Sodré (1979) e Simões (2002) será apresentado um breve histórico sobre a polícia militar do Estado do Rio Grande do Sul, a Brigada Militar, e serão descritos os programas de policiamento comunitário desenvolvidos pela polícia comunitária gaúcha.

2.1. Conceito de Polícia Comunitária

O atual cenário da polícia é marcado pelo envolvimento da polícia e da comunidade, buscando um relacionamento baseado na confiança. Anteriormente, apesar de estarem sempre em contato, não havia relacionamento, mas sim, certo distanciamento corroborado pela imagem truculência, repressiva e violenta da polícia. O modelo tradicional de policiamento, baseado na organização burocrática e profissionalização da polícia, através de resposta rápida ao atendimento de ocorrências, com o compromisso de sanar o problema do momento e a manutenção de atividades de cunho repressivo em prejuízo das práticas preventivas, acaba por se tornar ineficaz e incompleto, aumentando os índices de violência e a dificuldade para resolvê-los.

Pensando em iniciativas para a melhoria deste panorama, a fim de tornar eficaz a prevenção do crime e aumentar a segurança, além de aumentar a credibilidade e a legitimação da polícia, foi preciso reformular suas bases e procurar novas formas de atuação, identificando na reaproximação entre comunidade e polícia uma alternativa adequada. Por entender que a responsabilidade da gestão da segurança não pertence apenas à polícia, mas igualmente à sociedade, percebe-se a necessidade de manter uma relação sólida e positiva entre esses sujeitos. Henriques (2008, p. 32) diz que “Assim, as mudanças requerem não apenas esforços dos administradores, mas a atuação sinérgica com outras forças na própria instituição policial e nas comunidades”.

A emergência de novos modelos de atuação das polícias se difundiu de maneira mundial, e a filosofia de polícia comunitária ganhou apreço pela maioria dos países. Seja pela sua caracterização de aproximação com a comunidade, tornando-a parte integrante das questões de segurança pública ou pelo seu compromisso de integrar questões da comunidade como se fossem propriamente suas. Além de responder, segundo Henriques (2008, p. 2) “à insuficiência

dos modelos de ação policial reativos, fundados num distanciamento e isolamento burocrático das agências policiais e também a um crescente questionamento do poder repressivo e discricionário da polícia”. Polícia comunitária, conforme Henriques (2008) se define como:

[...] orientação operacional para o trabalho das agências policiais que emergiu há algumas décadas em vários países do mundo como uma forma de atuação mais voltada para a proximidade com os cidadãos na prevenção e na resolução de crimes. (HENRIQUES, 2008, p. 01).

O Japão, os Estados Unidos e o Canadá são os países que se destacam pelas experiências vivenciadas do policiamento comunitário, cada qual desenvolvido conforme suas diferenças culturais. Nos EUA, a partir de 1992, o aumento da criminalidade, a excessiva violência e a corrupção policial foram decisivas para que houvesse mudanças nas polícias estaduais e municipais. Foram introduzidos programas comunitários, motivando a participação do cidadão e estimulando a valorização do serviço policial e também foram criadas Organizações do Terceiro Setor para a coordenação de gastos de recursos com a polícia e investimento em estudos para aprimoramento da filosofia de polícia comunitária.

No Canadá, o descrédito na instituição policial e o alto nível de insatisfação com o trabalho oferecido pelos policiais demandaram medidas de reeducação dos policiais. A reformulação foi baseada na especialização por meio de cursos e treinamentos com enfoque nos assuntos de necessidade da comunidade, possibilitando aprimoramento intelectual do policial e a solução de problemas, criando ambientes harmônicos e parcerias com a população.

Considerado o país precursor a adotar o policiamento comunitário, tendo iniciado por volta do ano de 1879, o Japão se destaca por possuir um dos processos mais avançados nesse quesito. Possuidor de economia moderna, população bastante participativa e policiais disciplinados no cumprimento de suas obrigações, o país não passou por grandes dificuldades para a implementação do sistema. Com o ambiente já propício, a polícia se aproximou da comunidade através dos chamados Kobans ou Chuzaishos, bases comunitárias estrategicamente localizadas.

Os Kobans e os Chuzaishos são construídos pelas prefeituras das cidades onde estão localizados, responsabilizando-se também pela manutenção do prédio, pagamento da água, luz, gás, etc. O critério para sua instalação e localização é puramente técnico e é estabelecido pela Polícia de tal forma que garanta o atendimento cuidadoso e atencioso às pessoas que procurem a polícia. (BRASIL, 2012, p. 119).

O percurso internacional mostra-se importante ao passo que influencia no desenvolvimento da filosofia policial comunitária no nosso país. Embora apenas na década de 1980 tenham surgido de fato os primeiros modelos de polícia comunitária, ela surge com bastante força, já que é corroborada pelos preceitos da Constituição Federal de 1988, que defende a segurança pública como sendo direito e responsabilidade de todos, além de delinear o emprego da polícia militar como ostensiva e garantidora da preservação da ordem pública, resultando na sustentação da iniciação da filosofia polícia comunitária no Brasil.

A Polícia Ostensiva diante deste novo ordenamento jurídico teve sua compreensão ampliada, pois se observa na definição estatuída na Constituição Federal a ampliação da missão das instituições policiais militares para além do Policiamento Ostensivo, direcionando seu foco no bem estar das pessoas, na garantia dos direitos fundamentais, no exercício da cidadania e na valorização da segurança de pessoas e bens. (DIRETRIZ DE POLÍCIA COMUNITÁRIA Nº 033, 2015, p.10).

Notamos um novo direcionamento voltado para as questões dos direitos humanos, assim como ocorreram nos EUA, esse processo ocorre entrelaçado com as denúncias de corrupção e excessos por parte das polícias militares. Henriques (2008, p. 3) destaca a “escalada dos índices de criminalidade nos grandes centros urbanos” como fator contribuinte para o crescimento e disseminação da filosofia de polícia comunitária, “tornando clara a insuficiência dos modelos de policiamento vigentes para a sua contenção”. Ademais, o Brasil passava por um período de modernização democrática em termos políticos, o que motivou ainda mais a população a se sentir responsável e participativa, propiciando a integração necessária destes com a polícia. A existência da participação da população nas questões políticas se dá em parte pelas conquistas da própria comunidade, através da mobilização de grupos tidos, conforme Henriques (2006, p. 6), como “excluídos de possibilidades de participação nas questões públicas” e também pelos cidadãos que já vivenciavam o sistema político.

A segurança pública, embora seja dever do Estado, requer cada vez mais uma atuação ampliada de vários setores. A partir do momento que a insegurança transborda na sociedade, além do empenho das forças públicas e privadas, a própria população se movimenta para o seu enfrentamento. A preocupação que antes era apenas de cobrança ao poder público acaba por se tornar necessidade básica, fazendo com que se busquem ações e soluções para amenizar a situação precária vivenciada por meio de uma atuação conjunta. Kunsch (2007, p. 133) declara que o “profissional de relações públicas é, antes de tudo, um mediador político, econômico, cultural ou comunitário [...]”, assim sendo um apoiador desejável nesse meio.

A partir do momento em que a segurança pública é mais bem compreendida através da atuação em conjunto do Estado e dos cidadãos, surge o processo de integração de responsabilidades, onde as duas esferas são partícipes. Simões (2002) defende que a segurança pública deve ser tratado como um processo integrado,

[...] Isto é, ao mesmo tempo em que o indivíduo tem direito à proteção do Estado, também em contrapartida, este mesmo indivíduo tem a responsabilidade de interagir no contexto como um agente do sistema. Disto implica, que todos, administração e a sociedade, devem estar comprometidos com a segurança pública. (SIMÕES, 2002, p. 143).

Os ensinamentos da filosofia de polícia comunitária, segundo Henriques (2006, p. 5) podem ser entendidas em três dimensões/alcances interdependentes: “(a) como estratégia operacional, (b) como estratégia de relacionamento com os públicos e (c) como estratégia política”. A estratégia operacional apresenta a prevenção como atributo primordial para o êxito do trabalho desenvolvido pelo policial, que é norteado pelas apreciações e conselhos das comunidades envolvidas. Como estratégia de relacionamento com os públicos consiste na legitimação da instituição policial por meio de um processo novo onde a atuação da polícia requer proximidade da comunidade, assim constituindo relações de confiança que alcancem a imagem positiva da organização policial. Enfim, como estratégia política buscando reestabelecer as atividades da polícia, mantendo o combate e a redução das ações criminosas e incluindo a garantia dos direitos dos cidadãos.

Com o objetivo fundamental de aproximar a polícia com a comunidade, a filosofia de polícia comunitária se desenvolve em contextos diferentes e de maneiras distintas. Henriques (2008) observa que através de uma mudança de postura e das próprias estratégias de patrulhamento da polícia (baseadas na proximidade com a população) é possível concretizar a proposta. Entretanto no começo das experiências de polícia comunitária alguns aspectos convenientes encontrados no sistema foram tidos apenas como vantajosos e úteis para a polícia:

[...] mas por vezes foram marcadas pelo utilitarismo, com ênfase em **parcerias logísticas** que pudessem fornecer melhor infra-estrutura à polícia, e só mais tarde evoluíram para a constituição de uma **doutrina de polícia comunitária** que abarcasse um papel mais ativo da população na própria discussão e proposição de políticas e estratégias de segurança. (HENRIQUES, 2008, p. 46 – grifos meus).

Essas parcerias podem ser convertidas em serviços melhores para a sociedade. Por exemplo, uma empresa de manutenção de automóveis oferecer serviços para consertar as

viaturas gratuitamente, auxiliando assim para que viaturas não fiquem paradas aguardando questões burocráticas de licitações para o conserto, possibilitando que retorne a ser utilizada na atividade de policiamento motorizado sem prejuízos ao serviço prestado a comunidade. Para Brasil (2012, p. 90) a polícia comunitária:

É uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área.

Seguindo esse pensamento, a Diretriz de Polícia Comunitária Nº 033 (2015) define o conceito de polícia comunitária da seguinte maneira:

É a forma de desenvolver atividades de prestação de serviços a comunidade, baseadas na estratégia em que a comunidade e a polícia devem trabalhar em conjunto para identificar e resolver problemas prementes, tais como crimes, drogadição, medo do crime e desordens em geral, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da comunidade, priorizando ações de forma sistêmica, integrada e com responsabilidades compartilhadas. (DIRETRIZ DE POLÍCIA COMUNITÁRIA Nº 033, 2015, p.11).

Nesse sentido, verificamos a necessidade de participação compartilhada das responsabilidades entre polícia e comunidade. Incluindo ações conjuntas para a identificação dos problemas atuais vigentes na sociedade, as maneiras com que eles podem ser amenizados e até a resolução dos mesmos. Henriques (2008, p. 47) salienta que a partir da doutrina de polícia comunitária as funções do policial militar em suas atividades do cotidiano se estendem, pois

[...] cabe ao policial militar, além das suas funções tradicionais no exercício da polícia ostensiva e repressiva, desenvolver ações identificadoras e desestimuladoras de atos anti-sociais e ainda exercer o papel de incentivar esse fórum de discussão (HENRIQUES, 2008, p. 47).

Assim, configura o policial como componente fundamental para formar relações de confiança com a comunidade, a interação constante facilita para a efetiva participação e comprometimento de todos. A Diretriz de Polícia Comunitária Nº 033 (2015, p. 13) entende que os policiais “constituem o elo com a comunidade e da sua atuação e comprometimento

dependem os resultados da atividade desde o planejamento até a avaliação”. Com postura proativa busca prevenir os delitos e de forma criativa solucionar os problemas da comunidade.

Kunsch (2007, p. 134) utiliza a terminologia de “editor social” para designar uma das possíveis atuações do profissional de relações públicas, identificando que ele “precisa estar atento ao cotidiano das pessoas e de toda a comunidade” sendo que o propósito maior é “contribuir para a promoção da cidadania, do bem viver e da dignidade humana”, aproximando/vinculando a atuação do relações públicas às funções inerentes ao policial comunitário.

Segundo Peres (2004) a atuação da polícia comunitária decorre da opinião e os anseios da comunidade, assim o policiamento comunitário:

Caracteriza-se pelo seu planejamento com base em levantamentos estatísticos e informações coletadas, princípios estes utilizados no policiamento tradicional, mas com uma grande diferença, é ouvida a opinião do povo, não havendo uma imposição. (PERES, 2004, p. 20).

É essencial que a comunidade tenha voz ativa e seja participante das ações de forma individual e coletiva, para que sejam defendidos seus anseios particulares e os relativos à comunidade como um todo. Somente por meio das opiniões, definindo as demandas e as prioridades a polícia poderá atuar conforme os interesses da comunidade. Conforme a Diretriz de Polícia Comunitária Nº 033 (2015, p. 13) “a comunidade organizada é primeira instância do exercício da cidadania, através da qual fluem os interesses sociais que dizem respeito às rotinas de prestação de serviços de segurança ao cidadão”.

A seguir, apresentamos o histórico e a trajetória da Brigada Militar gaúcha.

2.2. Brigada Militar: histórico e trajetória no RS

No Estado do Rio Grande do Sul, tão somente, a polícia militar possui uma denominação diferenciada das demais polícias dos Estados brasileiros. Criada durante a Guerra dos Farrapos, a Corporação sofreu várias mudanças e recebeu diversas denominações ao longo de sua existência: Força Policial (1837 e 1873), Corpo Policial (1841 e março de 1892), Guarda Cívica (1889 e junho de 1892), Brigada Policial (junho de 1892) e, finalmente, Brigada Militar (outubro de 1892).

A história da Brigada Militar possui semelhanças com a fundação do Estado do Rio Grande do Sul. O território gaúcho é lembrado pelas lutas e conflitos por terras, que influenciaram, de maneira expressiva, para que o povo dispusesse de uma organização bélica, afim de assegurar o domínio pelo território. Segundo Nelson Werneck Sodré (1979):

A fisionomia militar sulina oferece, assim, características que não se repetem no resto da colônia. Não só as necessidades da guerra externa, levada quase sempre a territórios vizinhos, como as contingências regionais, com os traços pertinentes ao regime pastoril, criam ali condições específicas. (SODRÉ, 1979, p. 56).

Sendo assim, verificamos o caráter militar presente desde a formação do Estado gaúcho, provocado pelos numerosos entraves ocorridos pelas disputas de terras e tomadas de território. Diante destas circunstâncias de conflitos e guerras territoriais surgem as primeiras forças militares organizadas no Estado do Rio Grande do Sul, cuja missão era a manutenção da ordem e da segurança pública.

A atuação da polícia como força bélica se perpetuou por longo período de tempo e somente após transformações nos sistemas político e administrativo, em 1930, através da implementação da República Nova no Brasil, que a corporação teve seu direcionamento voltado para o policiamento ostensivo e incorporou as atividades do Corpo de Bombeiros. Contudo, somente em 1967, as polícias militares assumiram/firmaram como responsáveis pelo policiamento ostensivo, utilizando fardamento e operando como força de dissuasão de modo repressivo perante a perturbação da ordem.

Assim, a Brigada Militar passa por uma reestruturação e se organiza com base na hierarquia e disciplina militar, adquire funções e competências, e é considerada como Força Auxiliar e Reserva do Exército Nacional. Através de regulamento próprio, seu funcionamento e as principais ações são descritas, como salienta Simões (2002):

Exercer as funções da vigilância e garantia da ordem Pública, a prevenção de incêndio e combate ao fogo, na conformidade das leis e atender à convocação pelo Governo Federal nos casos e mobilização ou de guerra, de acordo com a legislação da União. (SIMÕES, 2002, p. 94).

Com isso, começa a se delinear as atividades da polícia militar gaúcha e ocorrem as criações dos diferentes especificações, como o policiamento rodoviário, com a incumbência de realizar policiamento ostensivo, patrulhamento e fiscalização nas rodovias estaduais; o corpo de bombeiros, voltado para a prevenção e combate ao fogo, busca e salvamento; policiamento

montado, utilizando os cavalos como meio de locomoção e atuando na área rural; policiamento radiomotorizado, valendo da tecnologia de rádios transmissor-receptor nas viaturas; policiamento aéreo, com função de patrulhar e atuar como observadores e o policiamento ambiental, agindo na preservação do meio ambiente.

Atualmente, a Brigada Militar conta com o Regimento Interno, assim definindo referente à competência:

Art. 2º - A Brigada Militar, instituição permanente e regular, organizada com base na hierarquia e na disciplina, nos termos da Lei 10.991, de 18 de agosto de 1997, é a Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com o que dispõem o inciso V e os parágrafos 5º e 6º do artigo 144 da Constituição Federal, e dos artigos 129 a 132 da Constituição do Estado, competindo-lhe:

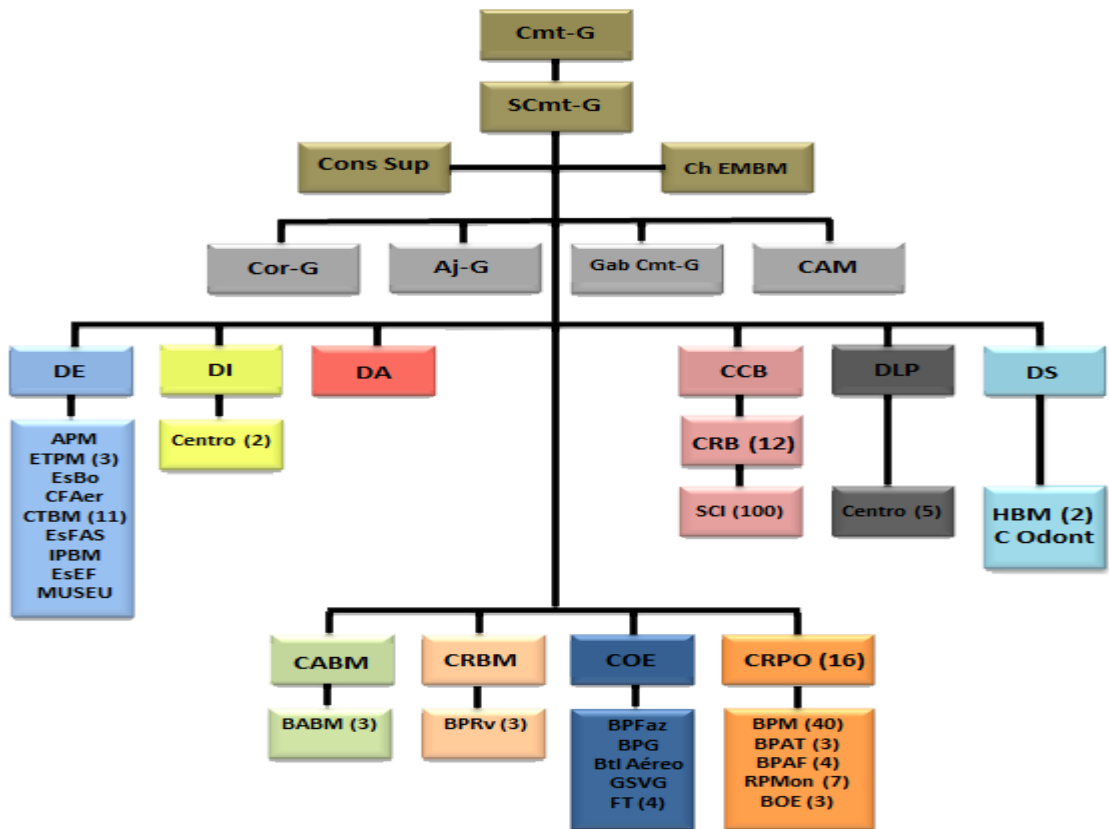
- I - executar, com exclusividade, ressalvada a competência das Forças Armadas, a polícia ostensiva, planejada pela autoridade policial militar competente, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, bem como o exercício dos poderes constituídos;
- II - atuar preventivamente, como força de dissuasão, em locais ou áreas, onde se presume ser possível a perturbação da ordem pública;
- III - atuar repressivamente, em casos de perturbação da ordem pública e no gerenciamento técnico de situações de alto risco;
- IV - exercer a polícia ostensiva de proteção ambiental;
- V - executar a guarda externa dos estabelecimentos prisionais do Estado;
- VI - exercer atividade de investigação criminal militar;
- VII - atuar na fiscalização e controle dos serviços de vigilância particular no Estado;
- VIII - exercer atividades de inteligência da Polícia Militar;
- IX - executar os serviços de prevenção e de combate a incêndio, bem como a investigação de incêndios e sinistros;
- X - fiscalizar e controlar os serviços civis auxiliares de bombeiro;
- XI - realizar os serviços de busca e salvamento aéreo, aquático e terrestre;
- XII - executar as atividades de defesa civil;
- XIII - desempenhar outras atividades previstas em lei.

Levando em consideração as suas competências, verificamos a amplitude de atividades atualmente desempenhada pela Brigada Militar. Cada função é realizada por setores diferentes que se especializam para atender as demandas que, de tempos em tempos, se modificam.

Conforme dados da Brigada Militar, o efetivo atual conta com cerca de 19.000 policiais militares, sendo a maior instituição pública do Estado. Seu organograma¹ é distribuído conforme figura em abaixo, que nos mostra a estrutura formal da instituição Brigada Militar. É apresentado de acordo com a hierarquia militar, na qual o comando encontra-se no topo juntamente com o escalão superior de direção, os departamentos de apoio logo abaixo e, por

¹ FONTE: site da Brigada Militar. Disponível em: <<https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/Site/Institucional/Organograma.aspx>> Acesso em 29/08/2016.

último, os comandos de execução. A polícia comunitária se encontra junto ao escalão superior de direção, mais especificamente no Estado Maior da Brigada Militar, dada sua importância.



Cmt-G	Comandante Geral da Brigada Militar	CFAer	Centro de Formação Aeropolicial
SCmt-G	Subcomandante Geral da Brigada Militar	CTBM	Colégio Tiradentes da Brigada Militar
Cons Sup	Conselho Superior	EsFAS	Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos da Brigada Militar
Ch EMBM	Chefe do Estado Maior da Brigada Militar	IPBM	Instituto de Pesquisas da Brigada Militar
Cor-G	Corregedoria Geral	EsEF	Escola de Educação Física
Aj-G	Ajudância Geral	MUSEU	Museu da Brigada Militar
Gab Cmt-G	Gabinete do Comandante Geral	Centros	Centros de Informática
CAM	Comissão de Avaliação e Mérito	BABM	Batalhão Ambiental da Brigada Militar
DE	Departamento de Ensino	BPRv	Batalhão de Polícia Rodoviária
DI	Departamento de Informática	BPFaz	Batalhão de Polícia Fazendária
DA	Departamento Administrativo	BPG	Batalhão de Polícia de Guarda
CCB	Comando do Corpo de Bombeiros	Btl Aéreo	Batalhão Aéreo
DLP	Departamento de Logística e Patrimônio	GSVG	Grupamento de Supervisão de Vigilância e Guardas
DS	Departamento de Saúde	FT	Força Tarefa
CABM	Comando Ambiental da Brigada Militar	BPM	Batalhão de Polícia Militar
CRBM	Comando Rodoviário da Brigada Militar	BPAT	Batalhão de Polícia de Área Turística
COE	Comando de Operações Especiais	BPAF	Batalhão de Polícia de Fronteira
CRPO	Comando Regional de Polícia Ostensiva	RPMon	Regimento de Polícia Montada
CRB	Comando Regional de Bombeiros	BOE	Batalhão de Operações Especiais
APM	Academia de Polícia Militar	SCI	Subgrupamento de Combate a Incêndio
ETPM	Escola Técnica de Polícia Militar	HBM	Hospital da Brigada Militar
EsBO	Escola de Bombeiros	C Odont	Centros Odontológicos

Atuando há 179 anos, a Brigada Militar tem um papel fundamental nos acontecimentos políticos e sociais mais relevantes da nossa história, como responsável pela manutenção da ordem pública. Não se limita a policiar, mas está presente sempre que a segurança e o bem-estar da sociedade estiverem ameaçados. Para isso conta com as unidades de policiamento ostensivo, rodoviário, ambiental, aéreo, operações especiais, atendimento a turistas, área de fronteiras e bombeiros.

2.3. 20º Batalhão de Polícia Militar

Este estudo foi realizado com o 20º Batalhão de Polícia Militar, situado na Zona Norte de Porto Alegre, o batalhão pertencente ao Comando de Policiamento da Capital. Criado em 08 de junho de 1998, atua em uma área onde vivem cerca de 350 mil habitantes. Conforme informações obtidas junto ao Banco de Dados da Brigada Militar, o efetivo do 20º Batalhão de Polícia Militar conta hoje com 10 oficiais, 37 sargentos e 151 soldados, que atuam tanto na área administrativa, quanto no policiamento.

A área administrativa é segmentada em seções, tais como: o P1, a qual compete questões de controle de efetivo, escalas, recursos humanos, boletins internos, lançamento de férias e demais vantagens; a P2, que é a agência de inteligência, no qual os militares trabalham civis, sem utilizar a farda, utilizam o levante de informes para a elucidação de crimes visto o serviço ser voltado para a investigação e análise dos delitos, praticados tanto pela população quanto por membros da própria corporação; o P3, responsável pela parte burocrática, grande parte da documentação confeccionada pelos militares nas ocorrências são entregues nessa seção, para que sejam realizados os trâmites previstos para cada circunstância e, ainda realização de análises de desempenho dos militares, diagnósticos de incidência das ocorrências e demais ordens de serviço para a realização de operações e cabe ao P4 às questões voltadas ao controle de patrimônios, logística, materiais em geral utilizados no batalhão, desde folhas de ofício para as seções, até a coordenação do equipamento para o emprego do efetivo na rua, além disso, prezam pela manutenção predial do quartel e conserto das viaturas.

Já o policiamento se encontra organizado em duas companhias, sendo a Companhia Especial a qual são destinados à atuação das Patrulhas de Motocicleta, Patrulhas de Operações Especiais e Patrulha Banco sendo que as demandas são direcionadas para ocorrências de maior

complexidade e periculosidade, se destacando inclusive pelo treinamento diferenciado e rigoroso do efetivo, que deve estar sempre pronto para o emprego nas situações mais adversas. E a Companhia Operacional, que conta com o policiamento ostensivo das Patrulhas de Bicicletas, Patrulhas Comunitárias, Patrulhas Escolares e Patrulhas Maria da Penha atuam com viaturas caracterizadas e utilizam fardamento, sendo assim facilmente identificados pela população, sua atividade é voltada para o atendimento de ocorrências junto a comunidade, o que auxilia ainda mais na aproximação.

3. ANÁLISE DO RELACIONAMENTO ENTRE A COMUNIDADE E A POLÍCIA COMUNITÁRIA NO 20º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR

Neste terceiro capítulo serão apresentados os programas e ações da polícia comunitária gaúcha; a metodologia, com as técnicas utilizadas para a realização da pesquisa; e, ao final, a análise da relação entre a polícia comunitária da Brigada Militar e a comunidade.

3.1. Programas e ações da Polícia Comunitária Gaúcha

As ações e programas da filosofia de polícia comunitária objetivam ser implantados conforme a caracterização de cada comunidade, ou seja, o que determina na verdade a temática e os procedimentos das atividades a serem aplicadas e desenvolvidas são as necessidades e prioridades de cada segmento da comunidade.

Considerando a essencialidade da identificação dos públicos, direcionadores e impulsionadores das ações e estratégias a serem realizadas e colocadas em prática, intenta-se alcançar a legitimação e a credibilidade da polícia militar. Dessa maneira, é importante determinar os públicos de uma organização, bem como estabelecer relacionamentos estratégicos, verificar o motivo pelo qual há ligação da organização com esses públicos e qual o significado desse relacionamento. Nesse sentido, Henriques (2006, p. 3) aborda a comunidade como sendo o público da filosofia de polícia comunitária:

Assim, mais do que uma mudança nas diretrizes de operação – que pressupõem uma forte atuação preventiva, a introdução de tal filosofia manifesta-se concretamente numa nova orientação das ações de comunicação que não podem mais prender-se apenas às relações da polícia com os públicos em geral – abrangendo toda a sociedade – mas precisa incorporar as relações mais específicas com estes públicos locais – que são genericamente denominados “comunidades”.

Compreendemos, então, que a comunidade constitui o público direcionador dos esforços das intervenções da polícia comunitária. Contudo, dentro desse grande público existem segmentos a serem observados e definidos para que haja coerência em cada programa desenvolvido. Assim o planejamento, a elaboração e a estruturação devem ser baseados no atendimento das demandas conforme as prioridades de cada comunidade.

Brasil (2012, p. 73) apresenta o que considera “grupos relevantes” como elementos que auxiliam para o sucesso da polícia comunitária, sendo eles: “Organização policial, comunidade, autoridades constituídas, comunidade de negócios, organismos comunitários e a imprensa”. A

relevância está na união desses grupos, onde juntos podem somar forças e ampliar o alcance das ações e sua eficiência.

A filosofia de polícia comunitária busca atuar com programas nas áreas sociais, agindo de forma que melhore a qualidade de vida das pessoas e aproxime-as da polícia, emergindo relações que tenham o poder de transformar os cenários problemáticos em realidades melhores, a fim de atender os anseios e expectativas sugerindo novas formas de enxergar a vida e de usufruir de seus direitos, engajando os cidadãos nessa mudança.

As primeiras iniciativas da polícia comunitária se caracterizam por atividades simples e de grande abrangência. Conforme Brasil (2012, p. 146) foram utilizadas “pesquisa de opinião para identificar os problemas locais, organização de grupos de vigilância comunitária, campanhas de prevenção às drogas, trabalhando em conjunto com órgãos municipais e estaduais para melhorar a saúde, a segurança e a limpeza local [...]”. Aos poucos, com o conhecimento e as experiências adquiridas, de acordo com cada comunidade, foi possível focar nos segmentos mais necessitados e urgentes, priorizando ações preventivas e prezando pela interação.

O contato direto com a comunidade coopera no sucesso das ações, visto que muitas das informações são captadas e geradas pela própria comunidade ou então por seus líderes locais. Através da participação em reuniões comunitárias consegue-se obter e identificar os serviços mais carentes tanto individuais quanto coletivos e assim adequar as soluções mais apropriadas.

Progressivamente as configurações das ações tomam composições mais significativas e substanciais, atuando de forma mais ativa e segmentada, propiciando uma comunicação mais positiva e eficiente ao passo que o atendimento é direcionado. A importância de serem definidos os grupos de atendimento dos programas de polícia comunitária implica na questão de estruturação de cada programa para que exista coerência. Os temas mais relevantes nos direcionamentos dos programas de polícia comunitária dispõem sobre a criminalidade em geral, a violência contra as mulheres, o combate às drogas, a violência nas escolas, a falta de segurança nos locais públicos, comércios e residências.

Frente aos altos índices de violência contra as mulheres foram elaborados diversos programas comunitários, contando com palestras, reuniões e visitas de acompanhamento às residências das vítimas. Para ser colocado em prática são necessários policiais qualificados e treinados, estes passam por cursos que abordam o assunto, embasados na chamada Lei Maria da Penha, sendo habilitados para conversar e orientar as mulheres. As ações visam à prevenção,

no entanto, quando já ultrapassada esse etapa é essencial que haja uma abordagem ainda mais delicada e especializada.

Junto às escolas a polícia comunitária trabalha assuntos mais voltados para a educação, disseminando programas de prevenção ao uso de drogas e combate à violência. A atuação da polícia nas escolas colabora para a aproximação destes com os jovens e alcança também seus familiares. Os ensinamentos adquiridos podem contribuir para que se tornem cidadãos responsáveis e preocupados com as questões da comunidade, já que a convivência com os policiais e a possibilidade de criar vínculos de proximidade, poderia afastá-los da criminalidade.

Os programas voltados para os comércios, bancos e demais empresas são fundamentados no diálogo, na visitação e na coleta de informações sobre o andamento cotidiano das empresas. Por serem muitas vezes vítimas da criminalidade, há a necessidade de um acompanhamento após as ocorrências para que seja possível identificar os atos mais cometidos, horários da ação dos criminosos e demais características que possam auxiliar no planejamento e no delineamento das estratégias de prevenção mais efetivas e assim complementar com apoio mais intensificado e específico de patrulhas temáticas treinadas para lidar com esses casos.

A aproximação do policial com a comunidade existe de diversas maneiras, contudo nos locais públicos se torna ainda mais evidente e propício o contato, já que constituem ambientes de livre circulação de pessoas, sendo ainda acessíveis a todas as classes. A integração pode partir da vontade da população em conhecer o trabalho do policial e procurar esse contato por meio de um simples bate-papo ou ser iniciada pelo próprio policial, que por meio de sua conduta comunitária e postura de promotor da filosofia comunitária provoca o diálogo e se insere no contexto da comunidade.

Com a inserção do modelo de filosofia de polícia comunitária, com a atuação dos policiais voltada para os interesses da comunidade e priorizando a coletividade, a Brigada Militar procura desenvolver diversos programas para atender as demandas e promover a integração, incentivando ambos a participarem para a melhoria da qualidade de vida. Segundo a Diretriz de Polícia Comunitária N° 033 (2015, p. 20) “as estratégias da polícia comunitária na Corporação serão efetivadas através de posturas específicas, aplicando o entendimento doutrinário e filosófico [...]”, dessa maneira os programas começam a se difundir e tomar forma.

A seguir, serão descritos, em conformidade com a Diretriz de Polícia Comunitária N° 033 (2015, p. 47), os principais programas comunitários desenvolvidos pela Brigada Militar:

- *Programa de Polícia Ostensiva em Áreas de Vulnerabilidade Social*

Situa a atuação dos policiais na execução das atividades ostensivas e de preservação da ordem pública nas áreas de maior vulnerabilidade social, que são compreendidos como locais onde há altos índices de pobreza, de desemprego, de violência, de atuação de organizações criminosas, facções e deficiências na educação, na saúde e nas moradias. Ademais delibera sobre a maneira de integração, internas e externas, das ações visando à redução dos delitos, gerando ideias colaborativas para melhorias sociais e a preservação da ordem pública por meio de mapeamentos, identificando e reprimindo as ações criminosas. Tenta garantir e reestabelecer serviços públicos básicos, integrando a atuação dos demais órgãos competentes e conquistar a confiança da comunidade na polícia.

Para concretizar essas ações são gerenciados Conselhos Comunitários de Segurança Pública e Fórum de Justiça e Segurança, no qual são reunidas as lideranças comunitárias dos bairros sendo capacitadas para participação em debates, ações de segurança pública e mediação de conflitos, representando moradores em suas principais demandas e necessidades; Núcleos de Justiça Comunitária são conselhos locais criados para mediar conflitos e promover a coesão social, contando com a parceria da Defensoria Pública, Ministério Público e Tribunais de Justiça; e Gabinetes de Gestão Integrada Municipal com a articulação e integração das forças de segurança como as polícias militar, civil, bombeiros, guarda municipal, secretarias de segurança pública juntamente com os representantes da sociedade civil.

- *Programa Institucional de Patrulha Escolar Comunitária (PEC)*

A polícia atua de forma proativa e antecipada em parceria com educadores, pais e demais profissionais, no intuito de aprimorar o ambiente escolar. A escola é entendida como uma das principais influências na socialização compete a ela a disseminação do conhecimento e dos valores culturais, constituindo espaço imprescindível para as ações da polícia comunitária no tocante aos reflexos esperados para um futuro melhor da sociedade.

O efetivo da patrulha escolar comunitária conta com qualificação específica adquirida através de treinamentos de policiamento comunitário, policiamento escolar e também formação no curso do Programa de Resistência às Drogas e a Violência (PROERD). As especialidades na área oportunizam maior entendimento do assunto e facilitam no momento de interação com os alunos, além de facilitar nas atuações para a inibição dos crimes dentro das escolas e nas proximidades, dando atenção especial às questões de uso de drogas, violência, vandalismo e ameaças.

Na tentativa de manter as escolas como ambientes de convivência sadia e segura são desenvolvidas palestras educativas aos diretores, professores, pais e alunos, visitações nas escolas e acompanhamento de alunos com dificuldades e problemas, tanto de cunho familiar quanto atinente a delitos. Os eventos que as escolas realizam contam com a presença da patrulha escolar reforçando a segurança local e aproximando polícia e escola. A integração entre as escolas e os membros líderes das comunidades também se faz coerente, ao passo que possam ser analisadas e discutidas as carências de cada escola e ainda as necessidades coletivas.

- *Programa Institucional de Núcleos de Policiamento Comunitário*

Regiões constituídas de população residentes, cuja participação popular é bastante efetiva, representada através de associações de moradores e entidades setoriais tendem a manter relacionamento mais ativo e prolongado junto aos policiais, facilitando então o desenvolvimento de projetos comunitários. Nessas áreas, geralmente a rotatividade do efetivo policial se caracteriza por ser baixa, os policiais permanecem trabalhando por anos nas mesmas comunidades, auxiliando ainda mais para relações duradouras e de confiança, pois há sincronia no atendimento das demandas da comunidade visto já serem conhecidas, potencializando o ideal de policiamento comunitário.

Não há necessariamente uma base estrutural física nos bairros, assim os investimentos que seriam para a infraestrutura de postos policiais de atendimento são revertidos em qualificação e aquisição de equipamentos de uso policial. As viaturas utilizadas nos núcleos são exclusivas dos efetivos que lá atuam e permanecem aos cuidados dos policiais mesmos em momentos de folga na escala. As localidades em que os policiais atuam também são onde residem. A comunidade disponibiliza moradia aos policiais, demonstrando o vínculo que esse programa de policiamento comunitário é capaz de gerar.

Os policiais atendem ocorrências somente nas áreas de abrangência do núcleo, realizam abordagens mais esporadicamente, em razão de conhecerem as pessoas que vivem na comunidade; fazem visitas comunitárias as residências e comércios locais mantendo contato direto com toda a população dos núcleos. As atividades desenvolvidas, as demandas e demais ações são descritas em relatórios elaborados pelos policiais e apresentadas em reuniões periódicas à comunidade.

- *Programa de Prevenção à Violência Contra a Mulher*

Os significativos índices de violência contra mulheres e com o advento da Lei Maria da Penha enunciam a criação de um programa comunitário voltado especificamente às mulheres. São pertinentes atuações preventivas, por meio de informações e orientações, e paliativas quando já ocorreram às ações delituosas que necessitam de mais preparo e delicadeza na sua efetivação. Quando do conhecimento do delito, por parte do policial, o procedimento requer o encaminhamento para registro com as partes presentes, independente da vontade da vítima, visto tratar de ação penal pública incondicionada.

A chamada Patrulha Maria da Penha é composta por policiais capacitados que desempenham atividades de prevenção, atendimento especializado de ocorrências envolvendo violência doméstica contra a mulher e de acompanhamento às mulheres vítimas por meio de visitas sistemáticas, verificando a situação atual e supervisionando o cumprimento, ou não, das medidas protetivas. Além disso, são confeccionados relatórios diários dos atendimentos programados e dos emergenciais que exigem maior atenção e cuidado por parte da fase pós-violência. Os principais objetivos através do programa comunitário são de evitar a violência, reduzir o medo do crime por parte das mulheres e apoiar as instituições voltadas para o atendimento da mulher.

Existem redes de apoio às mulheres vítimas de violência doméstica, compostas de delegacias, juizados, defensorias e observatórios estatísticos especializados, e casas de abrigo destinadas ao acolhimento das vítimas em risco de vida ou sem condições de retornar ao lar amparando igualmente seus filhos.

- *Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)*

O PROERD prima prevenir e reduzir o uso de drogas e a violência nas escolas, tendo sido baseado no programa internacional D.A.R.E (Drug Abuse Resistance Education).

A polícia militar, a escola, os professores, os alunos, os pais e a comunidade constituem os elementos fundamentais para o desenvolvimento do programa, pois, somente através da ação conjunta de todos os membros haverá transformação da atual realidade escolar gaúcha. Destinado principalmente aos alunos da educação infantil, das séries iniciais, dos ensinos fundamentais e jovens do ensino médio das escolas públicas e privadas, as instruções/aulas são ministradas pelos policiais militares instrutores do PROERD, nas salas de aula das escolas, utilizando técnicas pedagógicas interativas e materiais didáticos específicos, incentivando os estudantes a pensarem coletivamente e vivenciarem experiências diferentes do seu ambiente

cotidiano. O conteúdo das aulas é fundamentado na abordagem sobre a prevenção e os efeitos das drogas e da violência na escola e nos demais contextos.

Pode-se dizer que a simples presença do policial fardado nas escolas já aproxima as crianças e desvenda a imagem rude e repressora da polícia que, juntamente com a atuação como educador, fortalece ainda mais a relação e o vínculo, possibilitando a intimidação de condutas delituosas por parte dos alunos. No final do curso são realizadas formaturas dos alunos do PROERD, em que todos os envolvidos participam e os alunos são os protagonistas do evento. Além de ser uma festa de comemoração pelo aprendizado, propicia um ambiente de grande interação e ainda serve como medida de avaliação do programa.

3.2. Métodos e técnicas de pesquisa

Para a produção deste estudo, foi realizada a revisão bibliográfica, tendo em vista que, conforme Lakatos e Marconi (2010, p. 208), “uma procura de tais fontes, documentais ou bibliográficas, torna-se imprescindível para a não duplicação de esforços, a não ‘descoberta’ de ideias já expressas, a não inclusão de ‘lugares-comuns’ no trabalho.”

Posterior à revisão bibliográfica, para a coleta de dados, foram utilizadas técnicas de observação não participante e entrevista. A observação não participante foi escolhida visto o interesse em não haver envolvimento direto com a comunidade, por conta da autora deste estudo ser policial militar. Acreditamos que as pessoas se sentiriam inibidas, podendo até haver interferência nas respostas e, por consequência, no resultado da pesquisa.

Na observação não participante, como a nomenclatura já sugere, não há participação do pesquisador na comunidade. Ocorre o contato, mas sem o pesquisador se integrar à comunidade. De acordo com Lakatos e Marconi (2010), o pesquisador:

Presencia o fato, mas não participa dele; não se deixa envolver pelas situações; faz mais o papel de espectador. Isso, porém, não quer dizer que a observação não seja consciente, dirigida, ordenada para um fim determinado. O procedimento tem caráter sistemático. (LAKATOS e MARCONI, 2010, p. 176).

A escolha das entrevistas se deu pelo fato de permitir respostas mais elaboradas e consistentes se comparadas aos questionários, assim os contatos com os entrevistados possibilitaram para que as respostas correspondessem ao interesse de resposta do problema da pesquisa.

Para Lakatos e Marconi (2010, p. 205), a entrevista “é uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistador, verbalmente, a informação necessária”. Serve para a coleta de informações de determinado assunto no ponto de vista do entrevistado e é bastante utilizado na investigação social. Lakatos e Marconi (2010, p. 179) definem como um “importante instrumento de trabalho nos vários campos das ciências sociais [...] da Política, do Serviço Social, do Jornalismo, das Relações Públicas, da Pesquisa de Mercado e outras”. Nos próximos itens detalhamos cada técnica de pesquisa utilizada.

3.2.1. Observação não participante

A observação se deu através de visitas, primeiramente no quartel do 20º Batalhão de Polícia Militar, onde foi possível observar o andamento das atividades dos policiais militares, além de contatar com os policiais militares responsáveis pelo policiamento comunitário mais especificamente, assim possibilitando um conhecimento básico para que fossem construídas as entrevistas. Além do contato inicial com o Comandante do Batalhão, para que fossem autorizadas as conversas com os policiais comunitários, houve a participação em reuniões com os líderes comunitários para que fosse possível a realização da pesquisa como um todo.

Posteriormente, foram realizadas participações nas reuniões que ocorrem entre a comunidade e o 20º Batalhão de Polícia Militar. Os líderes comunitários servem como porta-vozes da comunidade dos bairros, compartilham os principais acontecimentos e as necessidades mais emergentes, para que em conjunto com os policiais militares possam ser delineadas e planejadas ações para a melhoria da situação. Essas reuniões ocorrem periodicamente e toda a comunidade é convidada a participar, juntamente com o Comandante do 20º Batalhão de Polícia Militar e os demais responsáveis pelo desenvolvimento da filosofia de Polícia Comunitária desta organização policial militar, além do apoio das esferas públicas específicas conforme o contexto abordado.

Por meio da observação não participante, foi possível verificar e definir as técnicas de coleta de dados para cada público, a fim de possibilitar resultados condizentes e fidedignos para a pesquisa. Sendo assim, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com perguntas fechadas e abertas para os líderes comunitários e aos policiais que atuam no policiamento comunitário.

3.2.2. Entrevista semiestruturada

As entrevistas foram elaboradas com base na pesquisa bibliográfica, na contextualização percebida através das reuniões comunitárias e visitas ao batalhão policial e também pelos conhecimentos precedentes da pesquisadora sobre o assunto. A organização das entrevistas caracterizou-se pela procura de uma linguagem condizente para com os informantes, de modo a priorizar o entendimento e um melhor aproveitamento das respostas.

A escolha da entrevista semiestruturada foi feita visto a amplitude que consegue alcançar, através das perguntas abertas e fechadas com algumas alternativas para as respostas, mas também e principalmente com respostas subjetivas, incluindo o contexto de cada entrevistado, com suas experiências, valores e opiniões. Buscou-se conhecer as opiniões e conhecimentos dos entrevistados acerca dos programas comunitários, do relacionamento com a polícia e demais assuntos correlacionados para que fosse possível uma análise do atual cenário ao qual permeia o estudo.

A determinação dos públicos que seriam designados para responder as entrevistas partiu das observações, das quais se pode perceber que os líderes comunitários dos bairros eram bastante atuantes e assíduos nas reuniões e seriam importantes fontes de informações para a pesquisa. Assim, foram entrevistados dois líderes comunitários de dois bairros distintos que pertenciam à área de atendimento do 20º Batalhão de Polícia Militar.

As entrevistas com os policiais militares comunitários foram realizadas no próprio quartel dos policiais, de modo que não intervisse demasiadamente nas atividades dos mesmos e também pela questão das escala dos militares, que por serem divididas em turnos e contar com descansos próprios da rotina policial poderia haver uma certa dificuldade na realização da coleta das informações.

Desta maneira, foram agendados os encontros com os líderes comunitários e com os policiais comunitários, foi explicado pela pesquisadora que estava sendo realizado um estudo junto ao 20º Batalhão de Polícia Militar e a comunidade dos bairros que a organização policial atende, sobre os programas e ações do policiamento comunitário ali desenvolvido e solicitado os mesmos se eles autorizavam serem entrevistados. Com o consentimento de todos os entrevistados, as perguntas seguiam determinado roteiro e continham as questões pertinentes para arrecadar os dados necessários, conforme apêndice A. As entrevistas foram gravadas com a autorização dos participantes da pesquisa e posteriormente transcritas, sendo que a identificação dos entrevistados foi preservada.

Apresentamos o quadro abaixo, que sintetiza as técnicas de pesquisa empregadas, e passamos, no item a seguir, à análise da coleta de dados realizada.

QUADRO 1 – Síntese das técnicas de pesquisa

Técnicas de pesquisa	Objetivo	
Observação não participante	Visitas no quartel do 20º Batalhão de Polícia Militar	Observar o andamento das atividades dos policiais militares, além de contatar com os policiais militares responsáveis pelo policiamento comunitário.
	Reuniões entre a comunidade e o 20º Batalhão de Polícia Militar	Observar a integração entre comunidade e polícia comunitária.
Entrevista semiestruturada	Composta de perguntas abertas e fechadas e realizada com dois líderes comunitários de dois bairros distintos (bairro Sarandi e bairro Itú Sabará) e dois policiais militares comunitários.	Analisar a relação polícia-comunidade por meio das ações e programas desenvolvidos pela polícia comunitária.

Fonte: elaborada pela autora.

3.3. Análise das observações e entrevistas realizadas: a relação polícia-comunidade

A análise pretende responder à problemática do estudo por meio da interpretação dos dados obtidos através das entrevistas e das observações realizadas durante todo o processo da construção da pesquisa.

As entrevistas foram direcionadas aos líderes comunitários de dois bairros da Zona Norte de Porto Alegre, Bairro Sarandi (entrevistado 01) e Bairro Itú Sabará (entrevistado 02), que contam com o atendimento por parte do 20º Batalhão de Polícia Militar e também aos policiais militares comunitários (PM01 e PM02) que compõem a Patrulha Comunitária deste mesmo batalhão e que atuam nos bairros citados.

Para nortear as entrevistas foram utilizadas categorias, representadas por palavras-chave, que auxiliaram no desenvolver das perguntas e, também, por meio da elaboração de um quadro comparativo (ilustrado na Figura 2), mostrando as diferenças básicas entre os modelos da polícia tradicional e da polícia comunitária.

A figura foi elaborada em razão das diferenças existentes entre as características dos modelos de policiamento tradicional e de policiamento comunitário, sendo que as formas de

atuação são direcionadas e seguem características próprias que acabam por delinear as ações. Por meio de leituras de livros de polícia comunitária, utilizados nas instruções de cursos de promotores de polícia comunitária e acompanhamento nas observações não participantes foi possível a confecção do quadro, revelando as principais caracterizações da filosofia comunitária. As informações do modelo tradicional de polícia aparecem no conteúdo apresentado nos cursos de polícia comunitária como oposição ao que deve ser desenvolvido e também foram complementados através de bibliografia de Simões (2002) que aborda o histórico da Brigada Militar e inclui as características da atuação da polícia militar tradicional.

Figura 2: Quadro comparativo dos modelos de polícia tradicional e polícia comunitária

Modelo POLÍCIA TRADICIONAL	Modelo POLÍCIA COMUNITÁRIA
<ul style="list-style-type: none"> • Prioriza o atendimento de ocorrências • Policial é considerado anônimo, sem relacionamento com a comunidade • Atua de forma reativa (após delito) e geralmente repressiva • Resolve os crimes de destaque e vulto • Eficiência é medida pelo tempo de resposta • Empregadas conforme o pico de ocorrências • Ações isoladas • Distanciamento com a comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Prioriza a soluções de problemas, primando pela prevenção • Policial se insere na comunidade e é conhecido por ela • Atua de maneira proativa e preventiva • Soluciona qualquer problema que esteja afetando a comunidade • Eficiência é medida pela ausência de crime e de desordem • Empregadas conforme necessidade da comunidade • Ações integradas • Aproximação com a comunidade

Fonte: elaborada pela autora

De posse dos dados coletados nas entrevistas e também do contexto adquirido nas observações não participantes, torna-se possível as observações e análises, sendo que as

questões foram divididas e organizadas em categorias/assuntos para serem melhores destacadas aos entrevistados e gerar um conteúdo significativo.

O desenvolvimento das *ações e programas comunitários* empregados pelo 20º Batalhão de Polícia Militar para as distintas comunidades da sua área de atuação se mostra bastante difundido e de conhecimento dos líderes comunitários entrevistados, percebida pela atividade desempenhada pelos líderes. Contudo, eles mostraram que além de conhecerem os programas também orientam e incentivam sua comunidade a participar, conforme a fala de um deles:

Como líder comunitário, já acompanhei os programas, mas não necessitei ser assistido por nenhum deles. Mas sempre que percebemos que as pessoas da nossa comunidade estão precisando de auxílio e que os programas podem atender essas demandas, nos orientamos que elas procurem e até mesmo fazemos os contatos para inserir elas. (ENTREVISTADO 01).

Percebemos que os líderes comunitários possuem papel importante no andamento das atividades, além de terem ciência dos programas comunitários eles se apresentam como *colaboradores* e muitas vezes canal de comunicação entre comunidade e polícia, mostrando a relação de aproximação existente. Os policiais comunitários conseguem verificar esse papel de colaboradores realizado pelos líderes comunitários. O entrevistado PM 02 diz que:

Os líderes das comunidades acabam nos encaminhando as pessoas dos bairros que estão precisando de ajuda, os problemas são diversos e quando se encaixam nos programas comunitários eles são atendidos. Temos exemplos de mulheres que estavam sofrendo violência doméstica e que por vergonha deixavam de procurar ajuda, assim com a intervenção dos líderes elas conseguiram “quebrar” essa barreira e através do atendimento da Patrulha Maria da Penha foram ajudadas. (PM 02).

Considerando a atuação dos policiais do 20º Batalhão de Polícia Militar antes da implementação da filosofia comunitária, ou seja, nos moldes de atuação da polícia tradicional em que o relacionamento era marcado pelo *distanciamento* e muitas vezes pelo anonimato dos policiais, os policiais atuavam ora em um bairro ora em outro. Torna-se compreensível que o contato dos policiais com a comunidade fosse esporádico e o afastamento cada vez mais comum. O entrevistado 02 comenta “apesar de já haver policiamento no nosso bairro o contato com os policiais pareciam ser apenas durante atendimento das ocorrências ou então quando passavam de viatura”. Os policiais militares que hoje atuam no policiamento comunitário concordam com o posicionamento da comunidade:

Ao atuar nos núcleos de policiamento comunitário **criamos vínculos com a comunidade**, com os comerciantes e o local onde atuamos são de inteira ciência, conseguimos identificar quando indivíduos de outras localidades se inserem na comunidade. E quando a comunidade nota algo fora do cotidiano, nós somos acionados e tentamos solucionar a situação. (PM 01 – grifo meu).

A partir do surgimento dos programas comunitários nas áreas de atuação do 20º Batalhão de Polícia Militar podemos notar modificações, tanto referente às mudanças dos direcionamentos dos atendimentos das ocorrências quanto dos comportamentos das pessoas das comunidades e até mesmo dos modos de atuação e procedimentos dos policiais militares, os quais começaram a se inserir e se relacionar diretamente com as pessoas da comunidade, gerando uma aproximação bastante tangível. Essa transformação é afirmada pelo líder comunitário:

Desde o momento em que a Brigada Militar começou a possibilitar o convívio mais direto com os policiais, através dos programas comunitários, pude perceber que a própria comunidade se estimulou a ter essa relação mais próxima. Além de todo o momento crítico que vivenciamos em relação à segurança no bairro e em toda Porto Alegre, assim se unir com os policiais acaba sendo bastante importante. O suporte que recebemos atualmente faz toda a diferença. (ENTREVISTADO 01).

Assim como também ocorreram mudanças por parte da comunidade:

A gente consegue perceber que os programas comunitários, como o nome mesmo já sugere, são direcionados para atender a comunidade e a Brigada Militar ao perceber que ajudando a comunidade ela também é beneficiada tem conseguido essa aproximação e amenizado essa distância e a imagem de que a polícia é violenta e contra a comunidade. (ENTREVISTADO 02).

Dessa maneira a comunidade e a polícia agem integradas, o planejamento e execução das ações da polícia comunitária são baseados nas necessidades e demandas da comunidade, primando sempre que possível pela prevenção e solução dos problemas, levando em consideração as características de cada bairro. As *formas de aproximação* utilizadas também foram modificadas e além de serem condizentes com o contexto vivenciado seguem tendências tecnológicas atuais, segundo o entrevistado 01:

[...]o contato tornou a ser bastante frequente, as reuniões comunitárias serviram para a gente expor as preocupações e necessidades da população dos bairros aos policiais e também contamos com um grupo de apoio no aplicativo do *whatsapp* onde podemos alertar sobre situações adversas e inclusive chamar os policiais quando precisamos.

A *frequência* dos contatos entre a comunidade e os policiais comunitários teve grande aumento, segundo o líder comunitário do Bairro Itú Sabará. Os encontros passaram a ser “em média três vezes na semana, são até mesmo conversas sobre outros assuntos, mas de grande valia para a consolidação do relacionamento”. Entendemos que os encontros com a comunidade, por mais que sejam apenas um simples bate papo, são tão importantes quanto as reuniões comunitárias, pois é com o convívio e as demais ações direcionadas que o relacionamento pode ser maturado.

Apesar da atual harmonia verificada entre os policiais comunitários e a população, alguns ainda enxergam a polícia como *violenta e truculenta*, pois conforme o policial comunitário, PM 01, “em determinadas ocasiões se torna necessário o uso da força e muitas vezes a população enxerga isoladamente a atuação e generaliza [...]”. Observando que em determinados casos o uso da força física, por parte dos policiais, se torna necessário, e que a relação atual de proximidade e confiança com a comunidade está auxiliando na desmistificação da imagem abusiva da polícia, ocorre a concordância explanada pelo entrevistado 02:

Acredito que existam distintas ocorrências e modos de agir, que cada uma deve ser gerenciada pelos policiais conforme o treinamento e experiência que eles possuem, além da necessidade requerida no momento. Então nas ocorrências em que os indivíduos agem de maneira a atingir violentamente os policiais ou as demais pessoas envolvidas eles devem reagir e **sim utilizar da violência se for preciso** (ENTREVISTADO 02 – grifo meu).

Os programas comunitários desenvolvidos no 20º Batalhão de Polícia Militar são todos de conhecimento dos policiais militares comunitários e também dos líderes comunitários entrevistados, sendo eles: o PROERD e o Policial Militar Mirim, que atende as crianças com desenvolvimento de atividades preventivas sobre drogas, violência e demais assuntos associados aos contextos vivenciados dentro das comunidades; a Patrulha Maria da Penha, com atendimento as mulheres que sofrem ou já sofreram com a violência doméstica; Patrulha Escolar Comunitária, que atua nas escolas da área com o intuito de amenizar os delitos e realizar orientações pertinentes e os Núcleos de Policiamento Comunitário que desenvolvem nas suas atividades os preceitos da filosofia da Polícia Comunitária como um todo.

As contribuições dos programas comunitários são bastante relevantes e cada qual possui seu segmento e atua a fim de possibilitar melhorias para as comunidades. Conforme o entendimento do entrevistado 01, o PROERD compreende o programa de maior possibilidade para a transformação.

O PROERD, em minha opinião, é um dos programas de maior eficiência, pois atendendo e ensinando as crianças nas escolas, desde cedo, conseguimos cidadãos melhores e com visões diferentes para o seu futuro. Os policiais são os “professores” e as crianças adoram os policiais, o que acaba ajudando para que as crianças acreditem nas orientações repassadas por eles e assim passam agir de forma mais correta, sem se envolver com drogas e até mesmo repassando aos familiares o que aprenderam durante o programa. (ENTREVISTADO 01)

Os líderes comunitários são reconhecidos como colaboradores da comunidade e dos policiais, sendo importante fonte para a concretização e alinhamento das ações comunitárias assim, temos como considerações e sugestão proferida pelo entrevistado 02, para que o relacionamento entre policiais e comunidade seja sempre melhorado:

Considero que as mudanças que já estão acontecendo são bastante valiosas, contudo a continuidade do trabalho desenvolvido através da polícia comunitária deve ser mantido e constantemente aprimorado. Referente à necessidade da nossa comunidade, do bairro Sarandi, entendo que a questão do uso de drogas e a insegurança ainda necessitam de mais atenção, talvez com a criação de mais núcleos de policiamento comunitário, já que a área do bairro é bastante extensa, para que houvesse um maior número de policiais realizando o patrulhamento. Acredito que a melhoria do relacionamento e a aproximação dos policiais com a comunidade esteja justamente no atendimento das necessidades e acho que os programas comunitários oferecidos atualmente estão aos poucos conseguindo fortalecer essa relação com a comunidade.

Podemos perceber que ocorre uma preocupação no atendimento das necessidades da comunidade por parte da Brigada Militar por meio das ações e dos programas comunitárias. Muito do desenvolvimento das ações dependem do retorno e anseios da comunidade, que através dos seus líderes comunitários conseguem expressar e representar as questões mais fundamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como contexto as práticas comunitárias desenvolvidas pela Brigada Militar, através de programas e ações, como forma de aproximação entre comunidade e polícia, este trabalho de conclusão de curso buscou demonstrar a importância de se pensar e pesquisar o relacionamento entre polícia comunitária e comunidade.

O conceito de comunidade foi explanado na perspectiva da polícia comunitária, sendo possível compreender as suas diversas colocações e o seu potencial quando visto em conjunto e em constante interação na busca dos seus ideais e nas resoluções de problemas comuns. Além de que, ao se inserir e pertencer a uma comunidade, a realização do exercício da cidadania torna-se mais possível, visto as oportunidades que surgem até mesmo como parceira da polícia, como demonstrou o trabalho.

Os programas comunitários realizados pela Brigada Militar, tais como PROERD, Patrulha Comunitária Escolar, Patrulha Maria da Penha, Núcleos de Polícia Comunitária e demais, foram descritos e demonstradas as suas principais ações que visam atender às necessidades dos integrantes da comunidade, com informações, orientações e atendimentos mais específicos e direcionados.

A comunidade atendida pelo 20º Batalhão de Polícia Militar mostra-se bastante interligada com as propostas da organização. Com a realização dos programas comunitários as pessoas da comunidade começaram a relacionar-se mais com a polícia e começaram a criar vínculos, ao contrário do cenário anterior, ao qual o modelo de atuação da polícia tradicional primava pelo atendimento das ocorrências, se distanciando ainda mais da comunidade. A polícia cultiva essa relação, pois a comunidade é entendida como colaboradora e integrante do processo de sua atuação.

Com esta pesquisa podemos perceber que os relacionamentos entre polícia – comunidade estão em um momento de crescimento. Onde ocorre o desenvolvimento da filosofia de polícia comunitária existe maior possibilidade de aproximação e de relações de confiança, conseqüentemente formam-se indivíduos mais esclarecidos e abertos a novas orientações e visões ampliadas para uma melhoria de qualidade de vida.

A Brigada Militar tem tido a preocupação em criar meios que proporcionem a interação e incluam cada vez mais a comunidade nos seus atendimentos. As necessidades da comunidade são vistas também como as da polícia e, assim, conseguem ter alinhamento e ações condizentes, pois desenvolvem programas que auxiliam nas mais diversas preocupações. Como sugestões, podemos apontar novos direcionamentos ao melhoramento e aprimoramento dos programas já existentes. Dentre eles, alguns recursos poderiam auxiliar para que os projetos sejam executados de forma mais abrangente; e recursos tecnológicos mais avançados, possibilitando novas abordagens e diferentes ações.

Com o desenrolar da pesquisa, enquanto pesquisadora e estudante de relações públicas, pude verificar como as questões sobre os programas comunitários estão bastante atrelados ao

atendimento dos quereres da comunidade que, enquanto público, é que direciona o planejamento das ações a serem desenvolvidas. Também considero que os programas comunitários são os meios primordiais para a aproximação da comunidade e da polícia, cujo objetivo de atender as demandas da comunidade faz com que as pessoas se sintam pertencentes da realidade do dia a dia da polícia; o que resulta em cidadãos mais comprometidos a agir dentro dessa filosofia.

Seria interessante a criação de um setor de comunicação, especificamente com a atuação do profissional de relações públicas, para que fosse possível planejar os programas e ações da polícia comunitária, podendo ser divulgadas as ações e mudanças que estão sendo desenvolvidas para os principais públicos. Além do que, com um setor de comunicação, as propostas poderiam ser melhor mensuradas e avaliadas, auxiliando a comunidade e a Instituição no crescimento e desenvolvimento de melhorias.

Assim, a importância desta pesquisa se deu pela abordagem de um assunto complexo e pouco explorado pelos pesquisadores da área da comunicação, em específico da comunicação comunitária que, apesar de ser bastante difundida atualmente, as questões relacionadas à polícia militar são pouco discutidas. Consideramos, portanto, que o estudo serviu para alavancar o interesse de outros estudantes e pesquisadores, pois após a realização desta pesquisa, vislumbramos possibilidades de aprofundar o estudo por meio de outras pesquisas, que objetivem ampliar o rol de entrevistados, ou então no estudo da imagem da Brigada Militar junto às comunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUBER, Martin. **Sobre comunidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária**. 5. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

BRASIL, **Lei 11340**, Brasília, 07 de agosto de 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em 23/10/16.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 05 de outubro de 1988. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 23/09/16.

_____. **Diretriz de Polícia Comunitária N° 033/2015**. Porto Alegre: Estado Maior da Brigada Militar, 3° Seção PM3, 2015. 105 p.

FERNANDES, Florestan (Org.). **Comunidade e sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

PORTAL G1. Disponível em <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/02/whatsapp-moradores-de-porto-alegre-informam-ocorrencias-policia.html>. Acesso em 25/10/16.

HENRIQUES, Márcio Simeone. **Polícia Comunitária na Mídia: mudança organizacional e desafios às relações públicas da Polícia Militar de Minas Gerais**. 2008. Disponível em http://srvweb.uece.br/labvida/dmdocuments/policia_comunitaria_na_midia.pdf. Acesso em 13/07/2016.

HENRIQUES, Márcio Simeone. **Inovação Institucional Democrática e a Comunicação do Poder Público: o desafio da comunicação organizacional na implantação de uma filosofia de polícia comunitária**. 2006. Disponível em <http://www.conseg.sp.gov.br/Gerenciador/midia/download/32.pdf>. Acesso em 15/07/2016.

HENRIQUES, Márcio Simeone. **Falar para a Sociedade, Falar com as Comunidades: o desafio da construção do diálogo na comunicação pública da Polícia Militar de Minas Gerais**. Tese (doutorado em comunicação). Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

HENRIQUES, Márcio Simeone (org.) **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). **Relações Públicas Comunitárias: a comunicação numa perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas 2010.

PAIVA, Raquel. (Org.). **O retorno da Comunidade**: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis RJ: Vozes, 1998.

PERUZZO, Cicília Krohling. **Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania**. Disponível em <http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/viewFile/1427/1358>. Acesso em 14/09/16.

PERUZZO, Cicília Krohling. **Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária**. Disponível em <http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/Revisitando%20os%20Conceitos%20de%20Comunicacao%20Popular.pdf>. Acesso em 17/10/16.

PERES, Júlio Cesar Araujo. **Policciamento Comunitário**. 4. ed. Porto Alegre: Polost, 2004.

PICHLER, Patrícia Franck. **O Conceito de Comunidade no Discurso Telejornalístico**: um caso de relexicalização. Disponível em <http://portalintercom.org.br/anais/sul2013/resumos/R35-1600-1.pdf>. Acesso em 14/06/2016.

PICHLER, Patrícia Franck. **De Que Comunidade se Está Falando? O Conceito a partir das Estratégias Discursivas em Telejornais Brasileiros**. Disponível em: http://cascavel.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5020. Acesso em 14/06/2016.

REGIMENTO INTERNO DA BRIGADA MILITAR. Disponível em <https://intranet.brigadamilitar.rs.gov.br/Multimidea/Intranet/PM1/Legislacao/RIBM.pdf>. Acesso em 29/08/16.

SIMÕES, Moacir Almeida. **História da Brigada Militar**: para fins didáticos e de palestras. Porto Alegre: Polost, Apesp, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História Militar do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

APÊNDICE

Roteiro da entrevista semiestruturada

1. Qual o bairro em que você reside?
2. Você conhece os programas comunitários desenvolvidos pelo 20º BPM? Quais?
3. Você já participou de algum deles? Qual?
4. Em sua opinião, auxiliou para atender a suas necessidades daquele momento?
5. Você recomendaria a participação para outras pessoas?
6. Em sua opinião, quais os programas e ações que conseguem atingir mais resultados positivos para a comunidade? Em escala de 1 a 4, sendo 1 o mais importante.
 PROERD e PM Mirim Patrulha Maria da Penha Patrulha Escolar Comunitária
 Núcleos de Policiamento Comunitário
7. Qual a frequência do contato que você possui junto aos policiais militares do 20º BPM?
8. Antes da implementação da Polícia comunitária você já possuía esse contato?
9. Você considera que houve mudança no relacionamento entre a polícia e a comunidade com o desenvolvimento da Polícia Comunitária?
10. Você sente que existe essa relação harmônica da comunidade com os policiais militares do 20º Batalhão de Polícia Militar?
11. Em que momento você considera necessário que a polícia faça uso da violência em determinadas ocorrências?
12. As barreiras entre o policial e a comunidade tem sido amenizadas através das ações e programas do policiamento comunitário?
13. Qual programa comunitário você acha que deveria possuir maior abrangência e ser estendido a outras comunidades?
14. Quais as sugestões que você deixaria para os gestores do policiamento comunitário para que a aproximação e a relação entre policiais e comunidade fossem cada vez melhor?